NOME	PERÍODO ANTIGO	PERÍODO NOVO
BRUNO TRAVASSOS DA ROSA BRAGA	9/1 a 7/2/2017	11/9 a 10/10/2017
CARINA RIBEIRO VIANA FIALHO	1º a 30/9/2017	21/9 a 20/10/2017
CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA	15/5 a 13/6/2017	3/7 a 1º/8/2017
CELIA MARIA DE MOURA BRITO	1º /2 a 2/3/2017	27/3 a 25/4/2017
DANIELA SANTOS BARATA OLIVEIRA	9/1 a 7/2/2017	3/7 a 1º/8/2017
DENISE CRESPO SOARES	17/7 a 15/8/2017	19/6 a 18/7/2017
FABRICIO JORGE ROSA DE VASCONCELOS	9/1 a 7/2/2017	3/7 a 1º/8/2017
FABRICIO JOSE BARROSO SALDANHA	1º a 30/6/2017	11/9 a 10/10/2017
GERMANA DE ARAUJO SILVA IMBIRIBA	9/1 a 7/2/2017	5/6 a 4/7/2017
ISABELLE FROTA RODRIGUES DE ARAUJO	1º a 30/8/2017	22/5 a 20/6/2017
JAEL LOPES DE SOUZA OLIVEIRA	3/7 a 1º/8/2017	18/7 a 16/8/2017
LUCIA DE FATIMA DA SILVA QUEIROZ	3/7 a 1º/8/2017	21/8 a 19/9/2017
LUCILENE DA SILVA AMARAL	3/7 a 1º/8/2017	10/7 a 8/8/2017
MARCO ANTONIO MACIEL DA SILVA	1º a 30/8/2017	16/8 a 14/9/2017
MARILZE RIBEIRO BITAR	9/1 a 7/2/2017	5/6 a 4/7/2017
MAYRLAN CARNEIRO AGUIAR	1º a 30/8/2017	21/8 a 19/9/2017
MOISES BARCESSAT	3/7 a 1º/8/2017	22/5 a 20/6/2017
MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS	3/7 a 1º/8/2017	20/7 a 18/8/2017
PAULO ANDRE SEAWRIGHT COELHO	3/7 a 1º/8/2017	1º a 30/6/2017
PEDRO GLEUCIANO FARIAS MOREIRA	3/7 a 1º/8/2017	15/5 a 13/6/2017
RAIMUNDO SANDRO DE CARVALHO RAMOS	1º a 30/9/2017	1º a 30/11/2017
RAQUEL CORREA DE ALMEIDA	3/7 a 1º/8/2017	17/7 a 15/8/2017
RONILSON BARATA DUARTE	9/1 a 7/2/2017	3/7 a 1º/8/2017
VIRGINIA MARIA VIEIRA BRITO	4/7 a 2/8/2017	4/9 a 3/10/2017
WALDOMIRO OLIVEIRA MONTEIRO	9/1 a 7/2/2017	3/7 a 1º/8/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A
ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 30 de agosto de 2017.
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA N.º 385/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela Portaria Nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de
dezembro de 2014,

R E S O L V E :

ALTERAR o período de férias de servidores do Ministério Público
do Estado do Pará, lotados nas Promotorias de Justiça do Interior,
fixadas pela Portaria Nº 497/2016-MP/SGJ-TA, de 15/12/2016,
conforme quadro:

NOME	PERÍODO ANTIGO	PERÍODO NOVO
ANA FRANCISCA MARIA DA SILVA DOS SANTOS	3/7 a 1º/8/2017	10/7 a 8/8/2017
ANDERSON LUIZ LIMA DOS SANTOS	3/7 a 1º/8/2017	1º a 30/2/2017
EDER GOMES DE SOUZA	15/6 a 14/7/2017	3/7 a 1º/8/2017
HORMEZINO AVELINO RIBEIRO FILHO	10/7 a 8/8/2017	12/6 a 11/7/2017
JOSE AREMILTON ALVES DE OLIVEIRA	2/5 a 31/5/2017	17/5 a 15/6/2017
RIDHER NOGUEIRA AS	4/9 a 3/10/2017	10/7 a 8/8/2017
ROSELITA ARAUJO MIRANDA	20/11 a 19/12/2017	17/4 a 16/5/2017
ROSIANE VIEIRA BALIEIRO	1º/2 a 2/3/2017	6/2 a 7/3/2017
SAMARA CRISTINA LEANDRO MAGALHAES	19/7 a 17/8/2017	17/7 a 15/8/2017
VANESSA LIMA AZEVEDO	2 a 31/10/2017	17/7 a 15/8/2017
DIEGO DE LIMA BEZERRA	1º a 30/11/2017	18/9 a 17/10/2017
AMANDA BORGES OLIVEIRA	2 a 31/10/2017	24/8 a 22/9/2017
IDARLIENE CORREA DOS PRAZERES	1º a 30/9/2017	12/9 a 11/10/2017
LARISSA PAULINA SOUZA PINHEIRO	1º a 30/11/2017	25/9 a 24/10/2017
LUCIANA MEDEIROS BENTO	16/10 a 14/11/2017	4/9 a 3/10/2017
ROMULO ALVES FERREIRA SANTOS	13/11 a 12/12/2017	11/9 a 10/10/2017
ROBERTA DE SANTANA GAIA	28/8 a 26/9/2017	11/9 a 10/10/2017
MORGANA MACIEL GOMES	4/9 a 3/10/2017	14/8 a 12/9/2017
MYRIA CRISTIANE MOTA DE OLIVEIRA NOGUEIRA	1º a 30/8/2017	11/9 a 10/10/2017
BIANCA ELISE NASCIMENTO FERREIRA	4/9 a 3/10/2017	11/9 a 10/10/2017
VIVIAN RAQUEL SARMENTO COSTA	7/8 a 5/9/2017	4/9 a 3/10/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A
ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 30 de agosto de 2017.
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA N.º 386/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela Portaria Nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de
dezembro de 2014,

R E S O L V E :

ALTERAR o período de férias de servidores do Ministério Público
do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO ANTIGO	PERÍODO NOVO
ALEXANDRE DA SILVEIRA SAMPAIO NETO	2016/2017	1º a 30/9/2017	10/10 a 8/11/2017
AMYNTOR GASTAO PINTO VIRGOLINO BASTO	2016/2017	1º a 30/9/2017	16/10 a 14/11/2017
BARBARA JASSE CUNHA	2016/2017	2 a 31/5/2017	16/10 a 14/11/2017
CLAUDIA TEIXEIRA SA AYAN	2016/2017	11/9 a 10/10/2017	30/10 a 28/11/2017
ELIANE CRISTINA PINHEIRO TAVARES	2016/2017	3/7 a 1º/8/2017	20/2 a 21/3/2017
JOAO FABRICIO SILVEIRA FIGUEIREDO	2016/2017	9/8 a 7/9/2017	10/10 a 8/11/2017
JOELMA DE OLIVEIRA PAULO	2016/2017	1º a 30/9/2017	10/10 a 8/11/2017
RAIMUNDO SANDRO DE CARVALHO RAMOS	2016/2017	1º a 30/11/2017	6/11 a 5/12/2017
ROSANA CASTRO ANTUNES	2016/2017	3/7 a 1º/8/2017	11/9 a 10/10/2017
ROSE MARY EPIFANIO DE CARVALHO	2016/2017	9/1 a 7/2/2017	10/10 a 8/11/2017
TELMA MARIA LOPES VILAS BOAS	2016/2017	1º a 30/9/2017	10/10 a 8/11/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A
ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 30 de agosto de 2017.
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA N.º 409/2017-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-
ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas
pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013,

R E S O L V E :

CONCEDER à servidora abaixo relacionada Licença-Maternidade,
com fulcro no artigo 88, da Lei nº 5.810/94:

NOME	PERÍODO
SARAH CASTELO OLIVEIRA SERIQUE DE ANDRADE	10/08/2017 a 05/02/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A
ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 04 de setembro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocuradora-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

Protocolo: 230840

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Donna J Eventos Eireli-ME.

Objeto: Serviços de Ornamentação alusiva as Comemorações do
Círio de Nossa Senhora de Nazaré bem como em virtude da visita
da Imagem peregrina neste Órgão no dia 04/10/2017.

Nº. da nota de empenho: 2017NE05752.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho:
03.122.1434.8332; Fonte 0101. Elemento de Despesa:3390-39.

Valor: R\$ 5.300,00 (Cinco Mil e Trezentos Reais).

Data da Assinatura: 21/09/2017.

Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.

Protocolo: 230678

RECOMENDAÇÃO Nº 002/2017 - MP/CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 17,
caput e inciso IV da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei
Orgânica Nacional do Ministério Público - LONMP) e art. 30, caput
c/c o art. 37, inciso XII, ambos da Lei Complementar Estadual nº.
057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do
Estado do Pará);

CONSIDERANDO a função orientadora da Egrégia Corregedoria-
Geral, conforme expresso no artigo 30 da LCE nº 57/2006 e ainda,
com o objetivo de atender ao que foi deliberado na 10ª Sessão

Ordinária do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,
cuja ata foi publicada no DOE em 23.05.2017, bem como, para
assegurar maior efetividade e celeridade aos trabalhos deste Órgão
Correcional;

CONSIDERANDO a competência do Egrégio Conselho Superior
do Ministério Público, de sugerir ao Corregedor-Geral a edição
de recomendações, sem caráter vinculativo, aos Membros do
Ministério Público, para o desempenho de suas funções, conforme
preceitua o art. 26, X, LCE nº 57/2006;

R E S O L V E:

RECOMENDAR aos Senhores Membros do Ministério Público do
Estado do Pará, que quando pretenderem promover o arquivamento
de procedimento sob a justificativa de que já existe outro
procedimento extrajudicial apurando fato idêntico, providenciem
a juntada aos autos da portaria instauradora do procedimento
preventivo, assim como os demais documentos que corroborem para
tal certeza.

Publique-se e Cumpra-se.

Belém (PA), 22 de setembro de 2017.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público**

Protocolo: 230728

RECOMENDAÇÃO Nº 002/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através de
seu Promotor de Justiça titular de **PACAJÁ/PA**, que esta subscreve,
no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos arts. 127 e 129,
II, da Constituição Federal, art. 182, II, IX da Constituição Estadual,
arts. 25, IV e 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/1993, art. 4º,
II, da Lei Complementar Estadual nº. 57/2006 e art. 8º, §1º, da Lei
nº 7.347/1985, agindo de ofício e preventivamente;

CONSIDERANDO que o art. 127, caput, da Constituição Federal,
preceitua que o Ministério Público é instituição permanente,
essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa
da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais
e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso III, da Constituição
Federal, prescreve que é função institucional do Ministério Público
promover a proteção do patrimônio público e social, do meio
ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, nos termos do
art. 5º, III, da LC n. 75/93 c/c art. 80 da Lei n. 8.625/93, zelar
pela defesa do patrimônio público, promovendo a defesa da ordem
jurídica em face de ilegitimidade ou irregularidade de qualquer
natureza, visando resguardar a proibida da Administração
Pública e a regularidade da guarda e do emprego dos bens, valores
e dinheiro públicos, podendo, para tanto, prover as medidas
necessárias ao efetivo respeito ao ordenamento jurídico;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 27, parágrafo único, inciso
IV, da Lei Federal 8.625/933, Lei Orgânica Nacional do Ministério
Público (LONMP), cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos
direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre
que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes estaduais
ou municipais e, no exercício dessas atribuições, promover
recomendações dirigidas a órgãos e entidades, requisitando ao
destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como
resposta por escrito;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante o
previsto no art. 55, IV, da Lei Complementar estadual nº 057/2006,
expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses,
direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO os termos do INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO
nº 004/2017-MP/PJPAC, que tem como objeto apurar possíveis
irregularidades sobre a inexistência de licitação na contratação
de serviços jurídicos especializados para fins de recebimento de
valores decorrentes da diferença de FUNDEF no município de
Pacajá;

RESOLVE:

1. RECOMENDAR à **PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ** que não realize qualquer empenho, liquidação ou outra
modalidade de pagamento da referida contratação, sob pena de
incorrer em ato de improbidade administrativa, nos termos do Art.
10 da Lei 8.429/92;

Registre-se que a inobservância a esta recomendação pode ensejar
o ajuizamento de ação civil pública nos termos da Lei n. 8.429/92,
estando o agente sujeito a todas as sanções nela previstas.

Nos termos do art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal
8.625/9313, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP),
estabelece-se o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento desta
Recomendação, para que a autoridade destinatária informe acerca
das providências adotadas.

Comunique-se a expedição desta Recomendação a Procuradoria
Geral e ao CAO Constitucional. Encaminhe-se cópia desta
recomendação à Assessoria de Imprensa do MPPA para divulgação
entre os meios e no quadro de avisos desta Promotoria de Justiça.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

PACAJÁ, 15 de setembro de 2017.

Bruno Fernandes Silva Freitas

Promotor de Justiça de Anapu

respondendo por **PACAJÁ**

Protocolo: 230592